INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JOSE LERCIO DA SILVA

ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA ASSISTIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL DO IFAL – CAMPUS ARAPIRACA

Sabará
2026

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA ASSISTIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL DO IFAL – CAMPUS ARAPIRACA

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Minas Gerais. Orientador: Prof. Me. Agnaldo Pedro Santos Filho

Sabará
2026

INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Minas Gerais
Campus Sabará

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO de JOSE LERCIO DA SILVA

NO dia 23 do mês Novembro do ano de 2026, às 19 horas, 0 Prof. Me. Agnaldo Pedro Santos Filho (UAB/IFMG); Prof. Me. Paulo Henrique Nunes ; (UFBA) e Prof. Me. Abilio Manoel do Nascimento Rodrigues (SEMED - Salvador) compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA ASSISTIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL DO IFAL CAMPUS ARAPIRACA , requisito obrigatório para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado:

(X) Aprovado ( ) Reprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Professor Orientador. Nada mais havendo a tratar, 0 Professor Orientador a reunião e lavrou a presenta ATA, que será assinada por todos os membros participantes da banca avaliadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
AGNALDO PEDRO SANTOS FILHO
Data: 26/11/2026 23:24:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor Me. Agnaldo Pedro Santos Filho
Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE LERCIO DA SILVA
Data: 26/11/2026 21:02:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

José Lércio da Silva
Discente

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como perspectiva a formação integral dos estudantes, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais. Nesse contexto, a educação inclusiva requer condições de acessibilidade, recursos de Tecnologia Assistiva e práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito dos estudantes com necessidades específicas. Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca, contempla aspectos relacionados à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de análise documental. A análise foi organizada em três dimensões: acessibilidade e infraestrutura; Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas; e práticas pedagógicas e apoio ao docente. Os resultados indicam que o PPC contempla aspectos gerais de acessibilidade física, prevê o apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e apresenta orientações relacionadas à avaliação e à flexibilidade metodológica. Entretanto, foram identificadas lacunas no detalhamento das condições de acessibilidade dos laboratórios, na previsão de recursos de Tecnologia Assistiva para atividades práticas, na adaptação de materiais e procedimentos técnicos e na formação continuada dos docentes. A partir desses resultados, foi elaborado um plano de ação com propostas de aprimoramento do PPC. Conclui-se que o PPC apresenta alinhamento formal com os referenciais de inclusão, mas necessita de maior detalhamento para que os princípios se traduzam em ações efetivas. Ressalta-se que a análise se restringiu ao documento, não permitindo concluir sobre a existência efetiva dos recursos ou a realização das práticas no campus.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação Inclusiva; Acessibilidade; Tecnologia Assistiva; Práticas Pedagógicas Inclusivas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6
1.1 O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS E O CAMPUS ARAPIRACA 9
1.2 O CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E SUA PROPOSTA FORMATIVA 11
1.3 O PPC E AS ORIENTAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CURSO 11
2 INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 12
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 12
2.2 ACESSIBILIDADE E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 14
2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 15
2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 16
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES 17
3.1 PLANO DE TRABALHO 18
3.2 ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA 22
3.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA E RECURSOS DE APOIO 23
3.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E APOIO À ATUAÇÃO DOCENTE 24
4 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO 26
4.1 OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO 26
4.2 AÇÕES PROPOSTAS 26
5 CONCLUSÃO 31
REFERÊNCIAS 32
APÊNDICE 37

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui uma modalidade educacional voltada à formação integral dos estudantes, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, e estabelecendo relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. Nessa perspectiva, a EPT busca superar uma formação restrita à preparação para o exercício profissional, assumindo uma concepção de formação que considera as diferentes dimensões constitutivas dos sujeitos (Araújo; Menin; Dias, 2024). Nesse contexto, garantir o acesso à educação não significa apenas assegurar a entrada dos estudantes na instituição, mas também proporcionar condições para sua participação, aprendizagem, permanência e conclusão do percurso formativo, uma vez que o acesso, isoladamente, não assegura a permanência e o êxito dos estudantes, sendo necessárias políticas e ações educacionais que favoreçam sua trajetória escolar (Souza; Cardoso, 2025). Essa perspectiva torna necessária a construção de ambientes educacionais capazes de reconhecer e atender à diversidade dos estudantes, incluindo aqueles que apresentam necessidades específicas.

As questões relacionadas à inclusão, à acessibilidade e ao uso da tecnologia na Educação Profissional e Tecnológica também se relacionam à minha própria trajetória acadêmica e profissional. Meu primeiro contato com a formação profissional ocorreu em 2002, quando ingressei no curso Técnico em Eletrotécnica do então CEFET-AL, atual IFAL. Durante o curso técnico, tive contato com uma formação que articulava conhecimentos teóricos e atividades práticas, especialmente por meio de laboratórios, bancadas e atividades relacionadas à formação profissional. Posteriormente, cursei Técnico em Eletrônica e, dando continuidade à formação na área tecnológica, concluí o bacharelado em Sistemas de Informação no IFAL, em 2021. Ao longo desse percurso, também tive experiências profissionais na área de tecnologia.

Dessa maneira, minha trajetória sempre esteve relacionada à tecnologia, mas foi durante a pós-graduação na área de Educação Profissional e Tecnológica que passei a olhar para a tecnologia também como possibilidade de recurso educacional e pedagógico.

Foi nesse processo de formação e reflexão que algumas experiências anteriores como estudante da EPT passaram a adquirir um novo significado. Durante minha trajetória como aluno do IFAL, percebi que alguns espaços e recursos da instituição apresentavam limitações para atender adequadamente estudantes com necessidades específicas. As salas de aula e a biblioteca, por exemplo, não apresentavam recursos de acessibilidade suficientes, e determinados equipamentos utilizados nas atividades práticas não dispunham de adaptações que pudessem facilitar a participação de estudantes com limitações motoras. Essas experiências, retomadas a partir das discussões desenvolvidas durante a pós-graduação em Docência na

Educação Profissional e Tecnológica, contribuíram para que eu passasse a refletir sobre as relações entre tecnologia, acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas na EPT.

Foi a partir dessa relação entre minha trajetória na Educação Profissional, minha formação na área tecnológica e as reflexões construídas durante a pós-graduação que surgiu o interesse pelo tema desta pesquisa. A existência de tecnologias e recursos assistivos, por si só, não garante uma educação efetivamente inclusiva. É necessário compreender como esses recursos podem ser integrados ao processo pedagógico e à realidade institucional, considerando as necessidades dos estudantes e a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na educação. Nesse sentido, a pesquisa volta-se para a acessibilidade, a Tecnologia Assistiva e as práticas pedagógicas inclusivas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, tendo como objeto de análise o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca.

Nesse sentido, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender como esses aspectos são contemplados no Projeto Pedagógico do Curso, considerando que uma educação profissional inclusiva requer a articulação entre diferentes elementos, tais como infraestrutura e acessibilidade, Tecnologia Assistiva e recursos de apoio, práticas pedagógicas e apoio à atuação docente. Verificar como essas dimensões estão explicitadas e articuladas no documento que orienta a formação profissional do curso mostra-se relevante para identificar potencialidades, possibilidades de aprimoramento e eventuais lacunas documentais, contribuindo para a reflexão sobre o planejamento de práticas educacionais mais inclusivas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Diante desse contexto, a pesquisa parte do seguinte problema: como os aspectos relacionados à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas estão explicitados e articulados no Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca, no contexto da formação profissional e tecnológica de estudantes com necessidades específicas?

Para responder ao problema apresentado, a pesquisa tem como objetivo geral investigar de que forma o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca, contempla aspectos relacionados à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas no processo de formação profissional e tecnológica de estudantes com necessidades específicas. Como objetivos específicos, busca-se conceituar acessibilidade, Tecnologia Assistiva e práticas pedagógicas inclusivas no contexto da Educação Profissional e

Tecnológica, estabelecendo os fundamentos teóricos que orientarão a análise documental; identificar e sistematizar, no PPC, evidências documentais relacionadas à acessibilidade dos ambientes educacionais e técnicos, à utilização ou previsão de recursos de Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas e curriculares inclusivas; e interpretar essas evidências, relacionando-as aos princípios de acessibilidade, inclusão e participação dos estudantes com necessidades específicas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa documental (Gil, 2017). O estudo terá como objeto de análise o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do IFAL, Campus Arapiraca. A análise documental será orientada pela legislação pertinente, pela literatura acadêmica e pelas diretrizes institucionais do IFAL, tendo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 como referência institucional, sem que este constitua objeto direto da investigação. As evidências identificadas no PPC serão organizadas em três dimensões: infraestrutura e acessibilidade; Tecnologia Assistiva e recursos de apoio; e práticas pedagógicas e apoio à atuação docente. A partir dessas dimensões, busca-se observar como esses aspectos são apresentados e articulados no documento, identificando potencialidades, possibilidades de aprimoramento e eventuais lacunas relacionadas às condições de participação, aprendizagem, permanência e êxito dos estudantes com necessidades específicas.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em quatro seções. A primeira apresenta a contextualização do campo e do objeto da pesquisa, seguida da fundamentação teórica. Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados da análise documental e o plano de ação elaborado a partir das questões identificadas. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo e as referências utilizadas.

1.1 O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS E O CAMPUS ARAPIRACA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET/AL) com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS). O CEFET/AL tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, criada em 1909, enquanto a EAFS teve origem em 1911, com a criação do Patronato Agrícola de Alagoas. Com a criação dos Institutos Federais, essas trajetórias passaram a integrar uma mesma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (Brasil, 2008; IFAL, 2024).

A estrutura multicampi constitui uma característica central do IFAL, cuja atuação se distribui por diferentes municípios alagoanos, possibilitando a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades. De acordo com o PDI 2024–2028, a instituição possui 16 unidades de ensino distribuídas em 15 municípios, além da Reitoria, e orienta sua atuação para a formação e qualificação de cidadãos e para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFAL, 2024).

No plano institucional, a missão do IFAL é promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos para o mundo do trabalho e à contribuição para o desenvolvimento sustentável. Entre os valores institucionais estão a ética, a responsabilidade social, a gestão participativa e democrática, a sustentabilidade, o respeito à diversidade, a inclusão social e a inovação (IFAL, 2024). Estes princípios ajudam a compreender a perspectiva institucional na qual se desenvolvem os cursos ofertados pelo IFAL.

Entre as unidades que compõem essa estrutura está o Campus Arapiraca, que iniciou suas atividades em 2010, por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal de Arapiraca e a União, com funcionamento provisório nas dependências da Escola Municipal Hugo José Camelo de Lima. Atualmente, o campus está localizado no bairro Deputado Nezinho e atende à população do município e da região do Agreste alagoano (IFAL, 2024; IFAL, 2026).

O município de Arapiraca está localizado na região do Agreste alagoano, a aproximadamente 130 km de Maceió. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada de 243.998 habitantes em 2026 (IBGE, 2026). Arapiraca destaca-se como polo regional, com atividades econômicas relacionadas ao comércio, aos serviços, à agricultura e a outros segmentos produtivos, exercendo influência sobre municípios vizinhos.

No campo educacional, Arapiraca possui instituições públicas que contribuem para a ampliação do acesso à educação básica, profissional e superior, entre elas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Nesse contexto, o Campus Arapiraca do IFAL desempenha papel importante na oferta de educação profissional e tecnológica, articulando formação geral, conhecimentos técnicos e preparação para o mundo do trabalho. A instituição oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio em Eletroeletrônica, Informática e Sistemas de Energia Renovável; cursos técnicos subsequentes em Eletroeletrônica, Eletrotécnica e Logística; além de cursos superiores em Letras: Língua Portuguesa, Sistemas de Informação, Sistemas Biomédicos e Logística. O

campus também oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* (IFAL, 2024; IFAL, 2026). É nesse contexto institucional que se insere o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, objeto desta pesquisa documental (IFAL, 2024).

1.2 O CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E SUA PROPOSTA FORMATIVA

No conjunto das formações ofertadas pelo Campus Arapiraca, encontra-se o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, com início previsto para 2026. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), trata-se de curso presencial, integrado ao Ensino Médio, pertencente ao eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, com duração de três anos, carga horária total de 3.500 horas, oferta anual de 36 vagas por turma e funcionamento no período diurno. O acesso ocorre mediante processo seletivo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Fundamental (IFAL, 2026).

Quanto à finalidade formativa, o curso tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio com formação científica, tecnológica e cidadã para atuar no planejamento, instalação, operação, manutenção e gestão de sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis, como solar, eólica, hídrica e biomassa, com ênfase na sustentabilidade ambiental, na eficiência energética e no desenvolvimento local e regional. Ao concluir o curso, o egresso deverá apresentar formação técnica e humanística (IFAL, 2026).

A proposta formativa do curso articula, portanto, a formação técnica a uma perspectiva mais ampla de formação do estudante, aproximando-se dos princípios institucionais do IFAL relacionados à formação integral, à integração entre formação geral e profissional e à preparação para o mundo do trabalho. Nesse contexto, compreender a organização do curso também requer considerar o documento no qual essa proposta formativa é sistematizada.

1.3 O PPC E AS ORIENTAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui o documento orientador da organização e do desenvolvimento do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável. No documento são definidos elementos como a identificação do curso, objetivos, requisitos e formas de acesso, perfil profissional de conclusão, organização curricular, prática profissional, acessibilidade, assistência estudantil, critérios de avaliação, infraestrutura e ementários (IFAL, 2026). Dessa forma, o PPC reúne as informações e orientações que caracterizam a proposta formativa do curso e permitem compreender como sua organização se estrutura em função do perfil profissional pretendido.

A elaboração do PPC está relacionada às orientações mais amplas que norteiam a atuação do IFAL. Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) constitui um documento que expressa concepções e princípios que orientam as ações educativas da instituição, contribuindo para a definição de suas diretrizes político-pedagógicas. Em conjunto com as diretrizes estabelecidas no PDI, essas orientações institucionais fornecem referências para a organização das propostas pedagógicas dos cursos. O PPC incorpora princípios relacionados à formação integral, à integração entre formação geral e profissional, ao trabalho como princípio educativo, à inclusão social e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o PPC pode ser compreendido como um documento que traduz e particulariza as orientações institucionais para a realidade de um curso, estabelecendo como essas diretrizes são organizadas em objetivos, currículo, práticas formativas e demais elementos de sua proposta pedagógica (IFAL, 2026).

Entre os aspectos contemplados pelo PPC estão aqueles relacionados à acessibilidade e ao atendimento dos estudantes com necessidades específicas. O documento apresenta uma seção destinada à acessibilidade, na qual são previstas medidas relacionadas à infraestrutura, ao atendimento desses estudantes e à atuação do NAPNE. Também são mencionadas possibilidades de estratégias complementares pelo colegiado do curso, entre elas a adaptação de instrumentos e ajustes nos critérios de avaliação (IFAL, 2026). A presença desses elementos no documento aproxima a proposta formativa do curso das questões de inclusão, acessibilidade e participação dos estudantes discutidas neste trabalho.

2 INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação inclusiva tem ocupado espaço cada vez mais relevante nas discussões educacionais brasileiras, especialmente em razão do reconhecimento de que todos os estudantes possuem o direito de participar plenamente dos processos de ensino e aprendizagem. Para Mantoan (2003), a inclusão exige mudanças na organização da escola e nas formas de ensinar, de modo que as diferenças não sejam tratadas como obstáculos à aprendizagem. Nessa perspectiva, a inclusão não se restringe ao acesso à instituição de ensino, mas envolve condições que favoreçam a participação, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes.

Do ponto de vista das políticas públicas, o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil ocorreu por meio de importantes marcos legais. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a educação como um direito de todos, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabeleceu princípios para o atendimento educacional dos estudantes com necessidades específicas. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada em 2008, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) ampliaram esse compromisso ao defender a participação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo Kassar (2011), essas normativas contribuíram para ampliar o acesso desses estudantes às instituições de ensino regular, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) fundamenta-se na concepção de formação integral, que busca superar uma visão restrita da educação voltada apenas para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a formação integral ou omnilateral compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e profissionais. Nessa perspectiva, o estudante deve ser preparado não apenas para o exercício de uma profissão, mas também para compreender criticamente a realidade social e atuar de forma consciente no mundo do trabalho.

Ao discutir a formação integrada, Ciavatta (2005) explica que essa formação procura superar uma educação fragmentada, articulando os conhecimentos escolares às experiências sociais e ao mundo do trabalho. Essa concepção é importante para a EPT porque os cursos técnicos envolvem conhecimentos teóricos e atividades práticas. Quando se considera a diversidade dos estudantes, torna-se necessário pensar nas condições oferecidas para que todos possam participar dessas experiências.

Portanto, enquanto Mantoan (2003) destaca a necessidade de transformar as práticas escolares para acolher as diferenças, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem uma formação que considere o estudante em sua totalidade. Dessa forma, a educação inclusiva e a formação integral podem ser compreendidas como perspectivas complementares na EPT. Para que esses princípios sejam concretizados, entretanto, é necessário considerar as condições que podem facilitar ou dificultar a participação dos estudantes nos diferentes espaços e atividades educacionais. Essa discussão conduz ao conceito de acessibilidade e à necessidade de identificação e eliminação das barreiras presentes no processo educativo.

2.2 ACESSIBILIDADE E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O conceito de acessibilidade costuma ser popularmente reduzido à adaptação de espaços

físicos, como a construção de rampas e a instalação de pisos táteis. No entanto, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acessibilidade refere-se à possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, transportes, informações e serviços, incluindo a educação (Brasil, 2015). Além disso, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que a educação deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, mediante a oferta de recursos e serviços de acessibilidade capazes de eliminar barreiras.

A mesma legislação classifica as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. No contexto educacional, essas barreiras podem dificultar o acesso aos espaços físicos, a utilização de recursos, a comunicação e a participação dos estudantes nas atividades de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva pode ser relacionada ao estudo desenvolvido por Carvalho (2021) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do IFAL, que discute a promoção da acessibilidade a partir da cultura surda e da Libras, evidenciando a importância de criar condições efetivas de participação dos estudantes. Assim, a análise da acessibilidade deve considerar também os documentos institucionais e pedagógicos, buscando identificar de que forma as diferentes necessidades dos estudantes são contempladas.

No ambiente escolar, a acessibilidade desdobra-se em diferentes dimensões, destacando-se a dimensão pedagógica. Um estudante pode conseguir entrar fisicamente em uma sala ou laboratório, mas encontrar dificuldades para acessar os materiais, compreender orientações, utilizar equipamentos ou realizar determinada atividade. Para Mantoan (2003), a construção de uma escola inclusiva exige a reorganização dos ambientes e das práticas educativas de modo que todos os estudantes possam participar e aprender. Isso significa garantir a disponibilidade de materiais didáticos acessíveis, formas diversificadas de comunicação e estratégias de ensino capazes de atender à diversidade.

No contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica, a atenção às barreiras instrumentais e metodológicas ganha relevância diante da diversidade de espaços, equipamentos e atividades presentes nos cursos técnicos. Os estudantes da EPT utilizam oficinas, laboratórios, salas de aula, bibliotecas e diferentes recursos tecnológicos. Um laboratório com bancadas em alturas inadequadas, ferramentas sem adaptação, painéis sem sinalização acessível ou softwares incompatíveis com leitores de tela pode dificultar a participação dos estudantes nas atividades práticas, restringindo sua vivência da prática profissional de forma autônoma.

Dessa forma, a acessibilidade precisa ser observada nos documentos estruturantes, como

o Projeto Pedagógico de Curso, verificando se a proposta reconhece as diferentes necessidades e prevê os meios para supri-las. Nesse sentido, torna-se essencial analisar os instrumentos que ajudam a transpor as barreiras laboratoriais e pedagógicas, o que conduz à discussão sobre a Tecnologia Assistiva e seu papel na promoção da autonomia, da participação e da inclusão.

2.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Tecnologia Assistiva (TA) tem sido apontada como um instrumento fundamental para promover a inclusão e ampliar as possibilidades de participação das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a compreensão sobre esse conceito vai muito além da simples aquisição de equipamentos de alto custo. Bersch (2017) destaca que a Tecnologia Assistiva não se restringe a dispositivos sofisticados ou ferramentas digitais complexas, mas compreende um conjunto de recursos, serviços e estratégias destinados a favorecer a funcionalidade, a autonomia e a participação das pessoas em diferentes atividades do cotidiano.

Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva representa um importante recurso para a promoção da autonomia e da participação dos estudantes. No contexto educacional, podem contribuir para reduzir dificuldades relacionadas ao acesso às informações, à comunicação, à realização de atividades e à utilização de diferentes materiais. Por isso, a TA deve ser compreendida de acordo com as necessidades do estudante e com as características das atividades desenvolvidas no processo educativo. Galvão Filho (2009), em sua tese sobre Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva, ao investigar a Tecnologia Assistiva na escola inclusiva, destaca que a utilização desses recursos precisa estar intimamente ligada aos contextos reais de participação do aluno.

Carvalho (2021), ao investigar a acessibilidade no âmbito do IFAL, reforça a importância de prever estratégias e recursos que viabilizem a imersão desses alunos nas experiências formativas inerentes aos cursos técnicos. Tratando-se da EPT, cujos currículos exigem intensa atuação prática, a TA torna-se indispensável para que estudantes com necessidades específicas participem integralmente das atividades em oficinas e laboratórios.

No caso de cursos como o Técnico em Sistemas de Energia Renovável, esses recursos podem contribuir para a adaptação de equipamentos, instrumentos de medição e materiais utilizados nas atividades práticas, considerando as diferentes necessidades dos estudantes. Contudo, para que essa imersão ocorra de forma sistemática e não dependa do improviso, é primordial que a previsão e a aplicação metodológica dessas tecnologias estejam formalmente

ancoradas no planejamento pedagógico do curso.

Entretanto, como alertam Bersch (2017) e Galvão Filho (2009), a Tecnologia Assistiva não pode ser analisada de forma isolada. A simples existência de um recurso material ou digital não garante, por si só, a inclusão. O objetivo da TA não é substituir a ação do professor ou resolver, de forma autônoma, os complexos desafios da aprendizagem, mas sim criar as condições de contorno para que o aluno acesse o objeto de estudo em igualdade de oportunidades. Uma vez superada a barreira instrumental ou comunicacional por meio da tecnologia, o sucesso do estudante passa a depender diretamente da forma como o processo de ensino é conduzido pelo docente, o que evidencia a necessidade de se debater as práticas pedagógicas inclusivas.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Embora a acessibilidade e a Tecnologia Assistiva desempenhem papel importante na promoção da inclusão, elas não são suficientes para garantir a participação efetiva dos estudantes nos processos educativos. A efetivação da inclusão depende também das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Nesse sentido, Glat (2007) destaca que as práticas pedagógicas inclusivas se caracterizam pela busca constante de alternativas que favoreçam o envolvimento de todos os estudantes, considerando os diferentes ritmos, modos de aprendizagem e necessidades educacionais. Isso significa reconhecer que os estudantes não aprendem da mesma forma e que a diversificação das estratégias de ensino é essencial para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Esse entendimento dialoga com Mantoan (2003), que defende uma escola capaz de reconhecer as diferenças e reorganizar suas práticas para atender à diversidade. Nessa perspectiva, ensinar de forma inclusiva não significa criar uma educação separada, paralela ou simplificada para determinados estudantes, mas buscar estratégias metodológicas que possibilitem a participação de todos no mesmo ambiente e processo de aprendizagem.

Outro elemento estruturante dessas práticas refere-se à avaliação. Segundo Hoffmann (2014), a avaliação deve ser compreendida como parte integrante e contínua do processo educativo, contribuindo para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e reorientar as ações docentes. Outro aspecto relacionado às práticas pedagógicas inclusivas é a formação continuada dos profissionais da educação e o apoio institucional. Na Educação Profissional e Tecnológica, essa formação torna-se especialmente importante porque os docentes precisam considerar as diferentes necessidades dos estudantes tanto nas disciplinas de formação geral

quanto nas atividades técnicas e práticas.

Nesse sentido, a formação continuada pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de ensino, avaliação e utilização de recursos que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas. Conforme destaca Glat (2007), a efetivação da educação inclusiva requer mudanças que envolvem toda a organização escolar, abrangendo práticas pedagógicas, gestão, formação docente e mecanismos de apoio aos estudantes. Assim, a inclusão não depende exclusivamente da atuação individual do professor, mas de ações articuladas entre diferentes setores da instituição.

A partir dessa fundamentação, a presente pesquisa avança para a análise documental do PPC do Curso Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Arapiraca. A seção seguinte apresenta os resultados e discussões dessa análise, considerando as dimensões e os indicadores definidos para identificar como a acessibilidade, a Tecnologia Assistiva e as práticas pedagógicas inclusivas são contempladas na proposta formativa do curso.

.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 PLANO DE TRABALHO

Para desenvolver a análise documental, foi elaborada uma matriz de análise com a finalidade de orientar a identificação, a organização e a interpretação das evidências relacionadas à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca.

A construção da matriz fundamentou-se nos conceitos discutidos ao longo da fundamentação teórica deste estudo, bem como nas orientações presentes nos documentos institucionais do IFAL, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 e o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI). Também foram considerados os principais marcos legais que orientam as políticas de inclusão educacional no Brasil, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A partir desses referenciais, a matriz de análise foi estruturada em três dimensões centrais:

1. **Acessibilidade e infraestrutura:** direcionada à verificação das condições de acessibilidade física, espacial e comunicacional presentes nos ambientes institucionais utilizados pelos estudantes;

2. **Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas:** voltada à identificação de recursos, equipamentos, materiais e tecnologias capazes de favorecer a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, especialmente nas atividades práticas e laboratoriais;

3. **Práticas pedagógicas e apoio ao docente:** destinada à análise das estratégias pedagógicas inclusivas, das formas de avaliação e acompanhamento da aprendizagem, bem como das ações de formação continuada e apoio institucional oferecidas aos docentes.

Para cada dimensão foram definidos indicadores e critérios de verificação, formulados na forma de questões norteadoras. Esses elementos orientaram a leitura integral do PPC, possibilitando identificar de que maneira os aspectos relacionados à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas encontram-se explicitados e articulados no documento. Além da identificação desses aspectos, a análise buscou observar como as três dimensões se relacionam no PPC, considerando sua articulação com as práticas pedagógicas, as atividades de formação técnica e o apoio à atuação docente.

As evidências localizadas durante a análise foram registradas na matriz como evidências documentais e classificadas em três níveis:

- Identificado: quando o aspecto analisado se encontra explicitamente previsto e detalhado no PPC;
- Parcialmente identificado: quando existe menção ao aspecto analisado, porém de forma genérica, superficial ou sem detalhamento suficiente;
- Não identificado: quando não foram encontradas evidências relacionadas ao indicador analisado no documento.

Ressalta-se que a classificação: Não identificado, refere-se exclusivamente à ausência de evidências documentais no PPC, não permitindo concluir que determinado recurso, ação ou condição inexista no âmbito prático da instituição. Portanto, os resultados refletem unicamente as informações formalizadas no documento examinado. a análise considera o que está previsto no PPC, sem avaliar as condições efetivamente existentes ou as práticas desenvolvidas no Campus.

O processo de construção da matriz considerou, portanto, três grupos de referenciais: a legislação educacional e inclusiva vigente, os documentos institucionais do IFAL e a literatura acadêmica utilizada na pesquisa. Esses referenciais serviram como parâmetros para a definição das dimensões analíticas, dos indicadores e dos critérios de verificação empregados na análise documental.

Para orientar a análise documental, foram elaborados dois quadros: o Quadro 1

apresenta a matriz de análise em sua versão resumida, contemplando as dimensões, os indicadores e os critérios de verificação que orientaram a investigação; o Quadro 2 detalha os critérios de classificação adotados para interpretar as informações encontradas no documento. A versão completa da matriz, com todos os registros realizados durante a análise, encontra-se disponível no APÊNDICE A.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e critérios de verificação da análise documental

Dimensão	Indicador	Critério de verificação
1. Acessibilidade e infraestrutura	Acessibilidade dos ambientes educacionais	O PPC contempla ou prevê condições de acessibilidade nos ambientes utilizados pelos estudantes, como salas de aula, biblioteca, banheiros e áreas de circulação?
	Acessibilidade dos laboratórios e ambientes técnicos	O PPC contempla ou prevê condições, adaptações ou recursos de acessibilidade nos laboratórios e demais ambientes técnicos, de modo a possibilitar a participação dos estudantes nas atividades práticas?
	Acessibilidade física e comunicacional	O PPC contempla ou prevê recursos de acessibilidade física e comunicacional, como sinalização acessível, placas em Braille, piso tátil e outros recursos?
2. Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas	Recursos de Tecnologia Assistiva	O PPC contempla ou prevê recursos de Tecnologia Assistiva que possibilitem a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas?
	Tecnologia Assistiva nas atividades práticas	O PPC contempla ou prevê o uso de Tecnologia Assistiva, adaptações ou recursos acessíveis nas atividades práticas realizadas em laboratórios e oficinas?
	Acessibilidade dos materiais e procedimentos práticos	O PPC contempla ou prevê a adaptação de materiais, equipamentos, procedimentos e orientações utilizados nas atividades práticas?
3. Práticas pedagógicas e apoio ao docente	Estratégias de ensino inclusivas	O PPC contempla ou prevê estratégias e metodologias de ensino que considerem as diferentes necessidades e formas de aprendizagem dos estudantes?
	Avaliação e acompanhamento da aprendizagem	O PPC contempla ou prevê formas de avaliação e acompanhamento que possam ser adaptadas às necessidades específicas dos estudantes?

	Formação continuada dos docentes	O PPC contempla ou prevê ações de formação continuada para os docentes, visando ao atendimento dos estudantes com necessidades específicas e ao uso de Tecnologia Assistiva?

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Com o objetivo de sistematizar a interpretação das evidências identificadas durante a análise documental, foram estabelecidos critérios de classificação apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios de Classificação das Evidências

Classificação	**Definição**
Identificado	O aspecto encontra-se explicitamente previsto e detalhado no PPC.
Parcialmente identificado	O PPC apresenta menção ao aspecto, porém de forma genérica ou insuficientemente detalhada.
Não identificado	Não foram encontradas evidências relacionadas ao indicador analisado no documento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A partir da matriz de análise e dos critérios de classificação apresentados, procedeu-se à identificação e à interpretação das evidências documentais presentes no PPC. A versão completa da matriz utilizada durante a pesquisa encontra-se disponível no APÊNDICE A.

3.2 ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA

A análise desta dimensão considerou três indicadores referentes às condições de acessibilidade nos espaços institucionais, compreendendo os ambientes de uso geral, os laboratórios e os recursos de comunicação e sinalização. Os resultados obtidos encontram-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Resultados da dimensão Acessibilidade e Infraestrutura

Indicador	**Evidência documental**	**Classificação**
Acessibilidade dos ambientes educacionais	O PPC prevê infraestrutura acessível (rampas, banheiros adaptados, plataformas elevatórias, elevador na biblioteca) e menciona a atuação do NAPNE como instância de apoio e acompanhamento aos estudantes.	Identificado
Acessibilidade dos laboratórios e ambientes técnicos	Lista os laboratórios e equipamentos, mas não detalha adaptações específicas (bancadas, ferramentas, painéis) para pessoas com deficiência.	Parcialmente identificado
Acessibilidade física e comunicacional	Prevê infraestrutura geral (rampas, elevador na biblioteca), porém não especifica recursos como Braille, piso tátil, sinalização sonora ou contraste visual.	Parcialmente identificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Conforme apresentado no Quadro 3, o PPC contempla aspectos relevantes relacionados

à acessibilidade física dos espaços educacionais. As evidências documentais demonstram a existência de infraestrutura adaptada para o atendimento de estudantes com necessidades específicas, evidenciada pela presença de banheiros adaptados, rampas de acesso e plataformas elevatórias. Além disso, o documento reconhece a importância da inclusão educacional ao prever o acompanhamento desses estudantes por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). No entanto, a profundidade do detalhamento varia conforme o ambiente: enquanto os espaços de uso comum recebem menção mais clara, os ambientes especializados e os recursos comunicacionais são tratados de forma mais genérica.

Além disso, verifica-se a ausência de detalhamento sobre adaptações específicas nos laboratórios, espaços centrais da formação técnica, sem menção a bancadas com altura regulável, equipamentos adaptados ou sinalização interna acessível nesses ambientes. Da mesma forma, não há previsão de recursos de acessibilidade comunicacional, como materiais em formatos acessíveis, sinalização em Braille[1] ou sistemas de áudio, o que pode constituir barreira para estudantes com deficiência visual ou outras necessidades específicas. Essa ausência não permite afirmar a inexistência desses recursos, mas evidencia uma lacuna documental importante para a compreensão das condições de acessibilidade previstas para o curso.

Em relação aos documentos institucionais, o alinhamento é conceitual: o PPC reafirma o princípio da educação como estratégia de inclusão social, previsto no PPPI (2013), e acompanha a diretriz de promoção da acessibilidade e da equidade estabelecida no PDI (2024–2028). Contudo, a operacionalização desses princípios ainda carece de maior detalhamento para que as diretrizes institucionais se traduzam em ações concretas e específicas para o curso.

3.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA E RECURSOS DE APOIO

Foram analisados três indicadores relacionados à previsão de recursos de Tecnologia Assistiva, sua aplicação nas atividades práticas e a adaptação de materiais e procedimentos. O Quadro 4 apresenta os resultados.

Quadro 4 - Resultados da dimensão Tecnologia Assistiva e Recursos de Apoio

Indicador	Evidência documental	Classificação
Recursos de Tecnologia Assistiva	Menciona atendimento especializado e possibilidade de adaptação de instrumentos e critérios, mas não lista	Parcialmente identificado

[1] Braille: sistema de leitura e escrita tátil baseado em combinações de ponto em relevo, desenvolvido para que pessoas com deficiência visual possam ler e escrever com autonomia.

Indicador	Evidência documental	Classificação
	equipamentos, softwares ou recursos específicos de TA.	
Tecnologia Assistiva nas atividades práticas	Não há menção ao uso de Tecnologia Assistiva nos laboratórios, nas aulas práticas ou nos projetos de energia renovável.	Não identificado
Acessibilidade dos materiais didáticos e procedimentos práticos	Não há referência à adaptação de manuais, fichas de procedimento, equipamentos ou orientações de segurança para as atividades práticas.	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os resultados apresentados no Quadro 4 indicam que o PPC aborda a Tecnologia Assistiva de forma associada ao atendimento do NAPNE, sem, contudo, apresentar uma política ou relação de recursos que viabilizem a participação plena. A abordagem é genérica e não estabelece vínculo entre os recursos de apoio e as especificidades da formação técnica em Sistemas de Energia Renovável.

Isso demonstra que as principais lacunas residem na ausência de especificação: não há descrição de softwares, equipamentos ou materiais adaptados, não se menciona a aplicação de TA nas atividades laboratoriais, que são o cerne da formação, e não há previsão de adaptação de manuais, procedimentos de segurança ou orientações técnicas. Em um curso que envolve montagem, medição, operação e manutenção de sistemas energéticos, essa omissão é especialmente relevante, pois sem recursos específicos a participação de todos os estudantes pode ficar comprometida.

Os documentos institucionais do IFAL trazem diretrizes claras para a inclusão: o PDI (2024–2028) destaca a inovação tecnológica, e o PPPI (2013) foca na promoção da autonomia. A análise mostra que o PPC abraça esses ideais ao prever mecanismos de apoio a alunos com necessidades específicas. Contudo, o PPC não especifica quais recursos de Tecnologia Assistiva serão disponibilizados nem como serão utilizados nas atividades formativas.

3.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E APOIO À ATUAÇÃO DOCENTE

Esta dimensão analisa as estratégias de ensino, as formas de avaliação e a formação continuada dos docentes, conforme resultados apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Resultados da dimensão Práticas Pedagógicas Inclusivas e Apoio à Atuação Docente.

Indicador	Evidência documental	Classificação
Estratégias de ensino inclusivas	Prevê interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade metodológica e atendimento às necessidades dos estudantes, sem apresentar exemplos aplicáveis ao curso.	Parcialmente identificado
Avaliação e acompanhamento da aprendizagem	Detalha princípios de avaliação emancipatória, diagnóstica e formativa; admite adaptação de instrumentos e critérios, mas não detalha procedimentos específicos para estudantes com necessidades.	Parcialmente identificado
Formação continuada dos docentes	Não há menção a programas, cursos ou orientações voltadas à capacitação docente em educação inclusiva, acessibilidade ou uso de Tecnologia Assistiva.	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os resultados apresentados no Quadro 5 evidenciam que o PPC prevê mecanismos de acompanhamento pedagógico para estudantes com necessidades específicas. Destaca-se, principalmente, a possibilidade de adaptação de instrumentos de avaliação, adequação de critérios avaliativos e acompanhamento individualizado por parte dos docentes e do NAPNE. Os princípios estão declarados, porém as ações práticas e o suporte aos docentes não são detalhados.

Os aspectos positivos observados demonstram que o PPC reconhece a necessidade de flexibilização pedagógica para promover condições mais equitativas de participação e aprendizagem. Além disso, a estrutura curricular fundamentada em interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade cria um cenário favorável à diversificação de estratégias de ensino. Apesar desses avanços, não foram identificadas informações específicas sobre processos de formação continuada dos docentes voltados para educação inclusiva ou para o uso de Tecnologias Assistivas. Embora o NAPNE seja apresentado como instância de apoio institucional, o documento não detalha estratégias sistemáticas de capacitação pedagógica para atuação junto aos estudantes com necessidades específicas.

Como limitações, observa-se que o PPC apresenta poucas orientações sobre como as ações inclusivas serão efetivamente desenvolvidas no curso. O documento não detalha exemplos de adaptação de atividades, materiais ou estratégias de ensino, nem específica como essas adequações poderão ocorrer nas disciplinas técnicas e nas atividades de laboratório. Além disso, não foram identificadas previsões relacionadas à formação continuada dos docentes para atuação na educação inclusiva. Dessa forma, a implementação dessas ações tende a depender das iniciativas individuais dos professores, o que pode gerar diferenças no atendimento oferecido aos estudantes com necessidades específicas.

Embora o PPC reafirme princípios presentes no PPPI (2013), como a educação como direito de todos, a inclusão e a formação integral, e esteja alinhado ao PDI (2024-2028), que prevê a formação continuada como estratégia de desenvolvimento institucional, tais aspectos ainda aparecem de forma pouco detalhada no documento analisado. Assim, a ausência de definições mais concretas sobre práticas inclusivas e capacitação docente dificulta a identificação de como essas diretrizes serão efetivamente materializadas no contexto do curso.

4 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

4.1 OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação foi elaborado a partir dos resultados da análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca. As propostas consideram os aspectos identificados no documento e as possibilidades de aprimoramento relacionadas à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas.

O Plano de Ação tem como objetivo propor ações que contribuam para o fortalecimento da acessibilidade, da Tecnologia Assistiva e das práticas pedagógicas inclusivas no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do IFAL – Campus Arapiraca. A proposta não pretende estabelecer mudanças obrigatórias para o curso ou avaliar diretamente as condições existentes no Campus Arapiraca. Seu objetivo é apresentar ações de caráter sugestivo que possam contribuir para o aprimoramento do planejamento pedagógico e institucional, especialmente nos aspectos que foram identificados de forma parcial ou que não apresentaram evidências específicas no PPC.

4.2 AÇÕES PROPOSTAS

As propostas foram organizadas a partir das três dimensões utilizadas na análise documental: Acessibilidade e infraestrutura; Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas; e Práticas pedagógicas e apoio ao docente. Dessa forma, as ações procuram responder aos aspectos que apresentaram menor nível de explicitação no PPC, considerando as características da formação técnica e a necessidade de assegurar condições de participação e aprendizagem aos estudantes com necessidades específicas. Para cada aspecto identificado, são apresentadas ações, responsáveis sugeridos e prazos estimados. A versão completa da matriz utilizada encontra-se disponível no APÊNDICE B. O Quadro 6 a seguir sistematiza as propostas:

Quadro 6 - Proposta de Plano de ação

Aspecto Identificado	Ação Proposta	Responsáveis	Prazo
O PPC prevê infraestrutura acessível, nos espaços gerais do campus (rampas e biblioteca). Entretanto, não detalha as adaptações de acessibilidade existentes.	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de acessibilidade dos ambientes utilizados pelo curso (rampas de acesso e pisos).	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais do curso, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Ausência de detalhamento sobre acessibilidade em laboratórios, oficinas e ambientes técnicos.	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de acessibilidade dos ambientes utilizados pelo curso (ex.: bancadas com regulagem de altura, sinalização do ambiente, bancadas/ mesas com adaptações de aproximação para cadeirantes).	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Ausência de detalhamento sobre recursos comunicacionais acessíveis	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de acessibilidade comunicacional (ex: sinalização em Braille, piso tátil e contraste visual adequado nos ambientes do curso.)	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Ausência de detalhamento sobre recursos de Tecnologia Assistiva no PPC	Incluir e atualizar o PPC com uma seção específica que liste recursos de TA (ex. softwares de simulação acessíveis, leitores de tela e instrumentos adaptados)	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como aquisições de recursos de TA para os ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Ausência de previsão de Tecnologia Assistiva nas atividades práticas e laboratoriais	Inserir no planejamento do curso orientações sobre recursos de Tecnologia Assistiva que possam ser utilizados em atividades práticas e laboratoriais conforme as necessidades dos estudantes	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como aquisições de recursos de TA para os ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Falta de menção acerca de acessibilidade dos materiais didáticos e procedimentos práticos	Inserir no PPC orientações acerca de adaptação de manuais, roteiros de aula prática, fichas de procedimento, normas de segurança em formatos acessíveis (áudio, Braille, Libras e texto ampliado) e materiais didáticos em formatos acessíveis, considerando as necessidades específicas dos estudantes	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como atualizações de procedimentos e normas de segurança nos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Pouco detalhamento acerca das estratégias de ensino inclusivas (O PPC prevê interdisciplinaridade e flexibilidade, mas sem exemplos aplicáveis ao curso)	Inserir no PPC orientações e exemplos de estratégias pedagógicas inclusivas aplicáveis ao curso, considerando a interdisciplinaridade, a contextualização dos conteúdos, a flexibilização metodológica e as diferentes necessidades dos estudantes.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como adequações físicas nos laboratórios, aquisição de novas Tecnologias Assistivas (TA) ou a publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Pouco detalhamento acerca da avaliação e acompanhamento da aprendizagem	Complementar as orientações do PPC com exemplos de procedimentos para adaptar instrumentos e atividades avaliativas, diversificar as formas de demonstrar a aprendizagem e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes com necessidades específicas, quando necessário.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como adequações físicas nos laboratórios, aquisição de novas Tecnologias Assistivas (TA) ou a publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Ausência de previsão acerca da Formação continuada dos docentes	Incluir no PPC propostas de formação continuada sobre educação inclusiva, acessibilidade,	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas	Nas revisões e atualizações do PPC e conforme o planejamento institucional, sempre que

	Tecnologia Assistiva e adaptação de estratégias de ensino e avaliação, considerando as particularidades da Educação Profissional.	técnicas com apoio do NAPNE.	forem identificadas novas demandas formativas. ou na publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

As ações propostas buscam contribuir para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), tornando mais explícitas as orientações relacionadas à acessibilidade, à Tecnologia Assistiva e às práticas pedagógicas inclusivas. Ressalta-se que as medidas apresentadas constituem sugestões que podem ser consideradas pela instituição em futuras revisões do PPC e no planejamento de suas ações educacionais. Dessa forma, espera-se que as propostas sirvam de subsídio para fortalecer as condições de participação, aprendizagem e formação profissional dos estudantes com necessidades específicas. Diante dos resultados obtidos e das proposições apresentadas, a seção seguinte apresenta as considerações finais desta pesquisa, sintetizando os principais achados, as limitações identificadas e as perspectivas para investigações futuras.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a presença e a explicitação da acessibilidade, da Tecnologia Assistiva e das práticas pedagógicas inclusivas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, por meio de análise documental fundamentada nos referenciais teóricos e nos documentos institucionais do IFAL (PDI 2024–2028 e PPPI).

A partir da análise documental realizada, foi possível confirmar a hipótese inicial da pesquisa. Constatou-se que, embora os documentos institucionais expressem o compromisso legal com a educação inclusiva, as diretrizes de inclusão ainda são tratadas de forma predominantemente genérica ou normativa. Foram identificadas lacunas quanto à instrumentalização prática, à adequação ergonômica de bancadas e à prescrição pedagógica de Tecnologias Assistivas (TA) no planejamento de ensino dos laboratórios.

Dessa forma, foi elaborado um Plano de Ação com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do PPC, especialmente nas dimensões relacionadas à acessibilidade dos ambientes educacionais e técnicos, à Tecnologia Assistiva, às práticas pedagógicas inclusivas, aos processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem e à formação continuada dos

docentes. As ações propostas visam fortalecer e operacionalizar princípios já presentes no documento, por meio da explicitação de procedimentos, orientações e estratégias que favoreçam as condições de acesso, participação, permanência e êxito dos estudantes com necessidades específicas.

Como limitação metodológica, ressalta-se que esta pesquisa restringiu-se à análise documental, sem avaliar diretamente as práticas pedagógicas ou a infraestrutura física do Campus Arapiraca. Assim, a ausência de determinados elementos no PPC não significa, necessariamente, que essas práticas ou recursos não existam na instituição, mas indica a necessidade de maior formalização e detalhamento no documento. Diante disso, recomenda-se, para investigações futuras, a realização de estudos de campo no IFAL – Campus Arapiraca, incluindo entrevistas e questionários com docentes, gestores, equipe do NAPNE e estudantes com necessidades específicas.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para as reflexões acerca da inclusão, da acessibilidade e da Tecnologia Assistiva na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a importância de que os documentos orientadores dos cursos explicitem as condições necessárias para garantir a participação efetiva de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Robson de Paula; MENIN, Olavo Henrique; DIAS, André Luís. Iniciação científica para formação omnilateral: capacitação de orientadores da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**. Ponta Grossa, v. 17, p. 1-18, 2024. DOI: 10.3895/rbect.v17n1.17159.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados:** Arapiraca. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/arapiraca.html. Acesso em: 12 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Cursos:** Campus Arapiraca. Maceió: IFAL, s.d. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/campus/arapiraca/ensino/cursos. Acesso em: 12 out. 2026.

SOUZA, Heloisia Carneiro de; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges. Permanência e êxito na Educação Profissional: revisão sistemática. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 50, 2025. DOI: 10.1590/2175-6236134672vs01.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2024–2028**. Maceió: IFAL, 2024. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/copy_of_PlanodeDesenvolvimentoInstitucional_ebook.pdf. Acesso em: 12 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI**. Maceió: IFAL, 2013. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/legislacao-e-normas/arquivos/projeto-politico-pedagogico-institucional.pdf. Acesso em: 12 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável**. Arapiraca: IFAL, 2025. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/campus/arapiraca/ensino/cursos/tecnicos-integrados/arquivos/ppc-sistemas-de-energia-renovavel-campus-arapiraca. Acesso em: 11 out. 2026.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 12 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 out. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. 1, p. 41-58, maio/ago. 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer.** São Paulo: Moderna, 2003.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2005.

CARVALHO, Ermans Quintela. **A promoção da acessibilidade na educação profissional e tecnológica: reflexões sobre cultura surda e Libras por meio da oferta de um minicurso a estudantes do ensino médio integrado.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus Benedito Bentes, Maceió, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 05 de Out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de *--

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.Acesso em: 08 de Out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 de Out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 09 de Out. De 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MATRIZ COMPLETA DE ANÁLISE DOCUMENTAL UTILIZADA NA PESQUISA

Documento analisado: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca.

Quadro 7 – Análise Documental Completa

Dimensão	Indicador	Evidência documental	Classificação
1. Acessibilidade e infraestrutura	Acessibilidade dos ambientes educacionais	O PPC prevê infraestrutura acessível (rampas, banheiros adaptados, plataformas elevatórias, elevador na biblioteca) e menciona a atuação do NAPNE como instância de apoio e acompanhamento aos estudantes.	Identificado
	Acessibilidade dos laboratórios e ambientes técnicos	Lista os laboratórios e equipamentos, mas não detalha adaptações específicas (bancadas, ferramentas, painéis) para pessoas com deficiência.	Parcialmente identificado
	Acessibilidade física e comunicacional	Prevê infraestrutura geral (rampas, elevador na biblioteca), porém não especifica recursos como Braille, piso tátil, sinalização sonora ou contraste visual.	Parcialmente identificado
2. Tecnologia Assistiva e Recursos de Apoio	Recursos de Tecnologia Assistiva	Menciona atendimento especializado e possibilidade de adaptação de instrumentos e critérios, mas não lista equipamentos, softwares ou recursos específicos de TA.	Parcialmente identificado
	Tecnologia Assistiva nas atividades práticas	Não há menção ao uso de Tecnologia Assistiva nos laboratórios, nas aulas práticas ou nos projetos de energia renovável.	Não identificado
	Acessibilidade dos materiais didáticos e procedimentos práticos	Não há referência à adaptação de manuais, fichas de procedimento, equipamentos ou orientações de segurança para as atividades práticas.	Não identificado
3. Práticas Pedagógicas Inclusivas e Apoio à Atuação Docente	Estratégias de ensino inclusivas	Prevê interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade metodológica e atendimento às necessidades dos estudantes, sem apresentar exemplos aplicáveis ao curso.	Parcialmente identificado

Dimensão	Indicador	Evidência documental	Classificação
	Avaliação e acompanhamento da aprendizagem	Detalha princípios de avaliação emancipatória, diagnóstica e formativa; admite adaptação de instrumentos e critérios, mas não detalha procedimentos específicos para estudantes com necessidades.	Parcialmente identificado
	Formação continuada dos docentes	Não há menção a programas, cursos ou orientações voltadas à capacitação docente em educação inclusiva, acessibilidade ou uso de Tecnologia Assistiva.	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

APÊNDICE B – MATRIZ COMPLETA DO PLANO DE AÇÃO PROPOSTO

Documento analisado: Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Sistemas de Energia Renovável do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca.

Quadro 8 – Plano de Ação Completo

Dimensão	Aspecto Identificado	Ação Proposta	Responsáveis	Prazo
1. Acessibilidade e infraestrutura	O PPC prevê infraestrutura acessível, nos espaços gerais do campus (rampas e biblioteca). Entretanto, não detalha as adaptações de acessibilidade existentes.	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de acessibilidade dos ambientes utilizados pelo curso.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais do curso, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
1. Acessibilidade e infraestrutura	Ausência de detalhamento sobre acessibilidade em laboratórios, salas de aulas, oficinas e ambientes técnicos.	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de acessibilidade dos ambientes utilizados pelo curso (ex.: bancadas com regulagem de altura, bancada com espaço para cadeirantes, rampas de acesso e pisos.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
1. Acessibilidade e infraestrutura	Ausência de detalhamento sobre recursos comunicacionais	Ampliar e incluir, em futuras revisões do PPC, a descrição das condições de	Direção do campus, coordenação do curso,	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade

	acessíveis	acessibilidade comunicacional (ex: sinalização em Braille, piso tátil e contraste visual adequado nos ambientes do curso.)	Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	específica, como alterações na infraestrutura física dos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2. Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas	Ausência de detalhamento sobre recursos de Tecnologia Assistiva no PPC	Incluir e atualizar o PPC com uma seção específica que liste recursos de TA (ex. softwares de simulação acessíveis, leitores de tela e instrumentos adaptados)	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como aquisições de recursos de TA para os ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2. Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas	Ausência de previsão de Tecnologia Assistiva nas atividades práticas e laboratoriais	Inserir no planejamento do curso orientações sobre recursos de Tecnologia Assistiva que possam ser utilizados em atividades práticas e laboratoriais conforme as necessidades dos estudantes	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como aquisições de recursos de TA para os ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2. Tecnologia Assistiva e recursos nas práticas formativas	Falta de menção acerca de acessibilidade dos materiais didáticos e procedimentos práticos	inserir no PPC orientações acerca de adaptação de manuais, roteiros de aula prática, fichas de procedimento, normas de segurança em formatos acessíveis (áudio, Braille, Libras e texto ampliado) e materiais didáticos em formatos acessíveis, considerando as necessidades específicas dos estudantes	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como atualizações de procedimentos e normas de segurança nos ambientes educacionais e laboratoriais, nas atualizações dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
3. Práticas pedagógicas e apoio ao docente	Pouco detalhamento acerca das estratégias de ensino inclusivas (O PPC prevê interdisciplinaridade e flexibilidade, mas sem exemplos aplicáveis ao curso)	Inserir no PPC orientações e exemplos de estratégias pedagógicas inclusivas aplicáveis ao curso, considerando a interdisciplinaridade, a contextualização dos conteúdos, a flexibilização metodológica e as diferentes necessidades dos estudantes.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como adequações físicas nos laboratórios, aquisição de novas Tecnologias Assistivas (TA) ou a publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3. Práticas pedagógicas e apoio ao docente	Pouco detalhamento acerca da avaliação e acompanhamento da aprendizagem	Complementar as orientações do PPC com exemplos de procedimentos para adaptar instrumentos e atividades avaliativas, diversificar as formas de demonstrar a aprendizagem e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes com necessidades específicas, quando necessário.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e sempre que surgir uma necessidade específica, como adequações físicas nos laboratórios, aquisição de novas Tecnologias Assistivas (TA) ou a publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
3. Práticas pedagógicas e apoio ao docente	Ausência de previsão acerca da Formação continuada dos docentes	Incluir no PPC propostas de formação continuada sobre educação inclusiva, acessibilidade, Tecnologia Assistiva e adaptação de estratégias de ensino e avaliação, considerando as particularidades da Educação Profissional.	Direção do campus, coordenação do curso, Comissão de Revisão do PPC, Docentes das áreas técnicas com apoio do NAPNE.	Nas revisões e atualizações do PPC e conforme o planejamento institucional, sempre que forem identificadas novas demandas formativas. ou na publicação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).